



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28 DE AGOSTO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro aberto os trabalhos da 17ª audiência pública do ano de 2013.

Está presente o Vereador Dalton Silvano, autor do projeto de lei, e Vereador Nabil Bonduki. A audiência pública do Projeto 235/2012, que refere-se à política municipal para a educação e meio ambiente. O projeto está aqui e dispõe sobre a Política Municipal de Educação ambiental e dá outras providências. Autoria do projeto, Vereador Dalton Silvano. O autor do projeto terá, de acordo com o regimento, 20 minutos para falar, os demais Vereadores que estiverem interessados terão três minutos para comentar, e os inscritos, que poderão se inscrever durante a fala do Vereador Dalton Silvano, terão três minutos cada um para falar a respeito do projeto.

Foram convidados também o Sr. Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, Sr. Ricardo Teixeira, o Secretário Municipal de Cultura, Sr. Luís Silva Ferreira, o Secretário Municipal de Serviços, Sr. Simão Pedro, o Sr. Secretário Municipal de Educação, Sr. Antonio César Callegari, Sr. Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, Sr. Celso Jatene. Estão presentes aqui o Sr. Adalberto Ângelo Custódio, representando a Secretaria Municipal de Serviço, que queria convidar para a Mesa, Sr. Nelson Evangelista Victor, com quem tive o prazer de trabalhar quando era Secretário da Prefeitura, representando o Secretário Vereador Celso Jatene. Gostaria também de convidá-lo para fazer parte da Mesa. O Sr. Luís Damasceno, representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Peço ao Vereador Dalton Silvano que faça a apresentação do projeto de lei 0235/2012, de 18/05/2012, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental.

O SR. DALTON SILVANO – Bom dia a todos. Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o nosso querido Presidente, Vereador Andrea Matarazzo, que tem trabalhado com muito destaque na Presidência da Comissão de Política Urbana desta Casa, quero cumprimentar meu amigo e colega Vereador Nabil Bonduki, o representante do Secretário

Ricardo Teixeira, o Damasceno, o Sr. Nelson Evangelista, representando o Secretário Celso Jatene. Pediria às ONGs e entidades que estão presentes que pudessem dar os nomes para serem anunciadas, embora estejam na lista de presença, para constar dos Anais, das notas taquigráficas. Já recebi a presença e o cartão do Sr. Abel Rocha, Presidente da Avepema e da Sra. Miriam Duailibi também, Presidente da Ecoar. Quero cumprimentar todos aqueles representantes e ambientalistas, todos aqueles que ao longo de uma história tem participado da construção das políticas públicas relativas ao meio ambiente, diria, deste País.

Estava conversando com a Miriam que é interessante que coube a este Vereador apresentar para a sociedade paulistana uma escritura de um projeto de lei para que seja debatido por todos aqueles envolvidos, Presidente Andrea Matarazzo e Vereador Nabil Bonduki. Eu fiz uma continha rápida, que desde que inscreveram na Constituição, em 1988, ali no artigo 225, onde a Constituição reforça o papel do poder local nas responsabilidades sobre as questões ambientais, de lá para cá passaram-se 25 anos e olha que tem aqui a Miriam que está há 20, 23 anos batalhando, lutando, nós tivemos a política estadual, mas até chegar no município. Aí em 1999 é que foi aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental. Fazendo essa conta, você vê que 14 anos para cá para estarmos debatendo essa matéria no município de São Paulo. Então é um tempo, na minha opinião, longo, já que é obrigação nossa, da nossa sociedade, preservar os recursos finitos que estão disponíveis no nosso planeta.

Portanto, é de extrema responsabilidade que nós estamos encaminhando para debate da nossa sociedade, dos interessados, esse projeto de lei. É apenas para orientar, não vou entrar aqui, até para nós agilizarmos, no detalhamento do que está escrito no projeto de lei, porque fizemos uma ampla divulgação da convocação desta audiência pública.

Vocês também receberam e aí nós conversamos do espaço que nós divulgamos a audiência pública até agora, tivemos entendimento com a Secretaria Municipal da Educação, com a secretaria do Verde e Meio Ambiente e com as pessoas que nos procuraram, que formataram algumas alterações no texto do projeto de lei original, que nós chamamos de

substitutivo e que nós também acabamos por entregar essa peça aqui. Então a Secretaria já observou.

Obviamente que esta audiência pública pretende ouvir todos aqueles que têm experiência, que são os técnicos, que são os políticos dentro dessa área, para que nós possamos colher as informações e caminharmos para um debate para podermos fazer uma segunda audiência pública. Para quem não sabe, é por conta, Vereador Nabil Bonduki, da matéria...

Quero anunciar a presença do meu amigo e Vereador Beto Custódio, representando a Secretaria de Serviços, do Secretário Simão Pedro.

Nós temos, por conta do próprio Regimento, no artigo 41, nós, dentro dessa matéria específica, vamos realizar a segunda audiência pública, que vou deixar marcado para dia 11/09, daqui a 15 dias. Na forma regimental, nós temos que fazer duas audiências públicas.

Portanto, o que está aqui colocado é para que a gente possa escutar e obviamente debater e todos sabem que nós, para aprovarmos aqui o projeto de lei, ele já foi aprovado em primeira votação, e agora, dentro do espaço da primeira votação para a segunda votação, é que nós vamos colher as informações e negociar com o Poder Executivo. É bom que vocês saibam que não adianta fazermos um projeto de lei e votarmos a bel-prazer, sem termos uma negociação com o Poder Executivo e com a própria sociedade, para que esse projeto possa ser sancionado, porque às vezes, eu tenho aqui experiência, estou há 16 anos nesta Casa, é muito fácil a gente querer colocar as nossas ideias, as nossas propostas e não ter o entendimento com o Poder Executivo. A experiência diz que se não tiver esse entendimento, eu posso dizer aqui, um exemplo, a gente aprovada salário de professor, tudo que vier aqui para aprovar relativamente a salário de professor tem o meu voto favorável. Porém, se nós não tivermos entendimento com o Poder Executivo, esse projeto é vetado e tudo aquilo que está no projeto de lei acaba indo por água abaixo. Estou dando esse exemplo que também vai valer para o nosso projeto de lei. Nós vamos pegar sugestões, propostas de todos presentes,

vamos formatar um substitutivo e vamos ter que negociar, obviamente, com o Prefeito Haddad.

Esse é o encaminhamento democrático que costumamos aqui dar e através da audiência pública, que é um canal de comunicação com a população.

Portanto, Presidente, era essa a introdução que queria fazer, mais por conta dos encaminhamentos dessa segunda audiência pública, daqui a 15 dias, dia 11 de setembro já fica marcada, depois vamos soltar os convites, e nesse espaço de tempo vamos ouvir a sociedade.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Vereador Nabil Bonduki, gostaria de fazer alguma observação? Eu queria só passar a Presidência ao Vereador Dalton Silvano, pois terei que ausentar. Agradeço e desejo boa tarde a todos.

- Assume a presidência o Sr. Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Obrigado, nobre Vereador Andrea Matarazzo, sempre fazendo um bom trabalho em prol da cidade de São Paulo, não somente agora, como Vereador, mas ao longo de sua história na vida pública, como Ministro e Secretário. Obrigado por sua participação inicial.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia, Presidente Dalton Silvano. Cumprimento o Vereador Andrea Matarazzo, que teve que sair; o ex-Vereador Beto Custódio, que esteve nesta Casa por oito anos e hoje está presente representando o Secretário Simão Pedro; o Nelson Evangelista, que representa a Secretaria de Esportes; e o Luís Damasceno, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Cumprimento também todas as entidades e todos os que estão envolvidos e preocupados com a questão do meio ambiente e da educação, aspectos que considero estratégicos em um projeto de desenvolvimento sustentável para nossa cidade e para nosso país.

Vereador Dalton Silvano, eu não queria, nessa abertura, fazer uma fala específica

sobre o projeto; prefiro, primeiro, ouvir as várias manifestações da sociedade. Como V.Exa. já se pronunciou, acho fundamental esse período que teremos agora – de agora até a próxima audiência pública, e a audiência pública inclusive – para recolher todas as propostas e sugestões da sociedade e dos especialistas. Dessa maneira, o Vereador Dalton Silvano terá os elementos para poder construir um substitutivo, ouvindo também as Secretarias, o que acho muito importante. Sinto falta hoje de representante da Secretaria de Educação, porque creio que sem ela não iremos implementar uma política de educação ambiental para nossa cidade, pois se trata de uma política estratégica.

Fui, durante um ano e meio, Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. Tratei de várias questões de ambiente urbano, dentre elas a mais importante em âmbito nacional, a questão dos resíduos sólidos. Evidentemente, não é viável pensarmos uma política de resíduos sólidos – como vem sendo feito pela Secretaria de Serviços, pela Amlurb – sem uma ação efetiva de educação ambiental.

Esse projeto, que prevê uma política municipal de educação ambiental, é muito importante, razão pela qual parablenzo V.Exa. por tê-lo apresentado. Creio que esse processo contribuirá para se chegar à melhor formulação possível, lembrando que não basta haver a política: temos que ter a política e, depois, as ações, que deverão ser desenvolvidas pelas várias Secretarias municipais. Daí a importância de termos parceiros do Executivo para que possamos ter um projeto de política de educação ambiental que não só seja muito bom como também que possa ser efetivamente implementado nos próximos anos no Município.

Deixarei minha fala de conteúdo para o final da nossa audiência pública, depois de ouvir os representantes da sociedade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Por falha, deixei de prestar uma informação. Claro, tomei o cuidado de encaminhar o projeto para a Secretaria Municipal de Educação; eu não poderia deixar de fazê-lo. O Secretário me disse que teria outro compromisso, mas a própria Secretaria nos encaminhou uma contribuição, a qual não tive

tempo de divulgar. A Secretaria de Educação indicou, como representante, o Sr. Hugo **Luiz de Menezes Montenegro** ou a Sra. Viviane de Camargo Valadares. (Pausa) Se não estão presentes, devem estar a caminho, porque não só foram convidados e fizeram contribuições e sugestões como também disseram que estariam presentes hoje. Devem certamente estar a caminho.

Esclarecida minha falha, registro a presença do Sr. Reinaldo Katsumata, representante da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental, da Prefeitura Municipal de Suzano.

Na forma do Regimento, está aberta a palavra. Cada orador terá três minutos para se manifestar. (Pausa) Tem a palavra a primeira inscrita, Sra. Antonia Ferreira de Freitas.

A SRA. ANTONIA FERREIRA DE FREITAS – Bom dia. Moro na região da Mooca e estou muito preocupada – e já manifestei isto em audiência pública - com a questão ambiental que tem ocorrido lá, com o que conhecemos como “retângulo do horror”, que abarca desde o Viaduto Radial até o Viaduto Bresser. As árvores desse local estão sendo destruídas e a região se transformando em área de defecação. Tem havido manutenção da área por alguns grupos de ação social por causa da permanência de alguns moradores de rua. Lá se podem encontrar sofás, árvores sendo usadas como guarda-roupas, varais *etc.* O meio ambiente dessa região está destruído, e gostaríamos que houvesse uma ação para se resolver isso. Já entreguei essa demanda a políticas públicas e agora a esta Comissão para que possamos saber o que será feito para revitalização de nossa região. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Lembro que estamos discutindo o PL 235, de autoria deste Vereador. (Pausa) Tem a palavra o próximo inscrito, Sra. Miriam Duailibi, presidente do **Instituto** Ecoar para a Cidadania.

A SRA. MIRIAM DUAILIBI – Bom dia a todos. Nossas congratulações ao Vereador Dalton Silvano pelo PL sobre educação ambiental, que, como ele bem disse, demorou até demais para ser oferecido à cidade de São Paulo.

Ao enaltecer a iniciativa de V.Exa., gostaríamos de nos colocar à disposição para contribuir. De que maneira? Todos temos um histórico de 20 a 25 anos em educação ambiental no Brasil. Desde antes da Rio 92, a grande conferência sobre sustentabilidade, já havia um grupo muito forte no País que, já naquela época, começou a tecer as redes de educação ambiental. Temos redes como a Rebea – Rede Brasileira de Educação Ambiental, que surgiu em 92; redes estaduais e redes municipais no Brasil todo; a Rejuma - Rede da Juventude pelo Meio Ambiente; e a Rupea - Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental, dos professores universitários. Todo esse largo universo...

Todo esse largo universo de pessoas que são ativistas, acadêmicos, ambientalistas, empresários, representantes do Poder Público trabalha junto em rede em prol de uma educação ambiental emancipatória que possa contribuir para que a sociedade caminhe rumo à sustentabilidade.

Na cidade de São Paulo, esse processo já teve várias idas e vindas. No momento, a política municipal de resíduos sólidos também já compreendeu essa necessidade e criou um GT para trabalhar de educação ambiental cujos muitos representantes também estão aqui presentes. Então, já há todo esse movimento.

Gostaria de propor que fosse incorporada a essa discussão preparatória para a segunda audiência a formação de um GT do qual participasse a PréCIMEA – Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e, minimamente, a Secretaria de Educação, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a Secretaria de Serviços, que tem trabalhado fortemente com educação ambiental.

Acho que a formação de um GT, o debate do projeto substitutivo que o senhor apresenta hoje, o conhecimento das sugestões que vieram da Secretaria de Educação – que certamente serão disponibilizadas –, e o projeto que já foi e vem sendo trabalhado pela PréCIMEA aqui em São Paulo há bastante tempo. Com isso, poderemos avançar e chegar ao PL mais avançado deste país, que atenda aos anseios de todos os educadores ambientais da

cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Camila Mello.

A SRA. CAMILLA MELLO – Bom dia. Sou educadora ambiental, faço parte do grupo da PrÉCIMEA e atuo também na ONG Ipesa e em algumas outras entidades.

Quero que a Rachel Trajber fale sobre esse processo cujo projeto de lei vem sendo desenvolvido pela sociedade desde 2011. Gostaríamos, então, de dar ênfase nesse histórico para as muitas pessoas que estão aqui e o desconhecem.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Anuncio a presença do Vereador Ricardo Young e convido S.Exa. para participar da mesa.

A SRA. RACHEL TRAJBER – Bom dia. Na figura do Presidente desta reunião, Vereador Dalton Silvano, cumprimento os demais membros da Mesa.

Sou da sociedade civil e faço parte do grupo PrÉCIMEA. Fui Coordenadora Geral de Educação Ambiental no MEC por nove anos e fiz parte do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Considero, então, que posso contribuir bastante com esse processo da Política Municipal de Educação Ambiental, mesmo porque ela tem fortes bases na Política Nacional de Educação Ambiental, que é a Lei 9.795/99, da PNEA.

Apesar de entender que este momento já deveria ter acontecido, parablenizo o Vereador Dalton Silvano pela iniciativa de propor uma lei que tem como base a Política Nacional de Educação Ambiental.

Antes de se elaborar uma lei de política de educação ambiental, acho que é preciso se pensar muito no tipo de sociedade que gostaríamos de construir. É necessário também saber em que tipo de sociedade a educação ambiental poderia contribuir a fim de fazer a diferença e a fim de construir sociedades que sejam sustentáveis.

Esse conceito de sustentabilidade é fundamental porque oferece um desafio muito grande para a educação e é muito contemporâneo. Inclusive, esse conceito mais sofisticado de

sustentabilidade, a questão das mudanças climáticas e a questão da prevenção de desastres ambientais nem constava da Política Nacional de Educação Ambiental. Precisamos, então, reconstruir esses processos devido a mudanças históricas; mudanças que estão acontecendo mais recentemente.

Fiz uma comparação das propostas conceituais com a proposta estruturante de cada uma das duas visões do PL 235/12 e com substitutivo da PréCIMEA. Há substitutivos muito mais próximos, que cobrem algumas lacunas, oferecidos pelo próprio Sr. Vereador. Nos documentos, há diversas partes idênticas, muito parecidas, pois vieram da Política Nacional e Educação Ambiental. Os conceitos, mesmo que não tenham vindo diretamente da PNEA, são bastante parecidos, e as modificações de palavras feitas na PNEA às vezes aparecem nos dois documentos. Eles têm partes semelhantes e diferentes. Algumas são mais conflituosas, mas recentemente foram cobertas pelo novo substitutivo. Algumas lacunas, embora eu tenha visto superficialmente, já foram cobertas.

A grande diferença entre os substitutivos é, de fato, a participação da sociedade civil e a questão do controle social, que são fundamentais no documento da PréCIMEA e que, por alguma razão, desapareceram do PL original, mas que, de alguma forma, imagino que estão contemplados nesse documento que não li com todos os detalhes, mas existe uma lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2012 que, de fato não consta em nenhum dos dois PLs – do Vereador Dalton Silvano e do substitutivo que não tenho certeza traz contemporaneidade que existe no substitutivo da Pré CIMEA.

Além disso, falando sobre as propostas estruturantes, existia exclusão da competência do Programa Nacional Municipal de Educação Ambiental, quanto à competência do poder público, mas foi retomada no substitutivo.

Gostaria de dizer que o órgão gestor que ficava somente a cargo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo agora foi agregada à Secretaria

Municipal de Educação, que não pode ser excluída porque quanto à educação ambiental existe grande importância quanto a substantivar o ambiental e só a Educação é capaz disso. Não existe a possibilidade de um órgão gestor que não tenha a participação das duas Secretarias, mas eu vi que entrou.

Gostaria também de mencionar que foi feita proposta de uma comissão multidisciplinar de educação ambiental, e esse nome me parece estranho, multidisciplinar é mais acadêmico, escolar, porque trabalha com disciplinas. Isso precisaria ser repensado.

Também há sugestão de um Sistema Municipal de Educação Ambiental que é um grande avanço. Nessa proposta estruturante do PL 235 que, certamente, como o próprio Vereador comentou em sua introdução, foi inspirado na Política Municipal de Educação Ambiental de Suzano, que é extremamente avançada e trabalha com esse sistema.

Quanto ao financiamento da educação ambiental, no substitutivo da Pré CIMEA existe uma possibilidade de criar um fundo municipal de educação ambiental oriundo de diversas fontes, enquanto que na proposta do Vereador está limitado aos órgãos municipais consignarem recursos. Por outro lado, no substitutivo da Pré CIMEA existe o Programa Municipal de Educação Ambiental está mais articulado, precisaria ser trabalhado no substitutivo, mas isso eu não vi se no novo substitutivo aparece de outra forma. Além de que a visão sistêmica que há no substitutivo da Pré CIMEA pode ser muito importante para compor o sistema municipal de educação ambiental e essa visão sistêmica.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Raquel, falta muito? São mais de oito minutos e há mais de 15 inscritos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – A próxima é Cida Malta. (Pausa) OK. Falará em nome da Cida Malta, a sexta inscrita. Estou gostando muito, mas temos de entregar o auditório às 13h.

A SRA. RACHEL TRAJBER – Gostaria de fazer sugestões quanto aos

procedimentos e também incluir assim um novo substitutivo. Em primeiro lugar é reforçar o que a Miriam Duailibi falou, criar um GT paritário, com parlamentares, com representantes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Educação e da Pré CIMEA/sociedade civil que têm essa construção de muito tempo. Isso enriqueceria muito uma lei paulistana, teria consenso e contemplaria a grandiosidade do nosso Município de São Paulo.

Nessa inclusão gostaria de sugerir que haja alguma dedicação à Lei Municipal 14.933/09, que é a política municipal de mudança do clima. A educação ambiental é citada nessa lei e pode contribuir para a mitigação dos efeitos, das mudanças climáticas e para prevenção de riscos de desastres e em especial junto às populações mais vulneráveis do nosso município, que são crianças, idosos, mulheres, deficientes que não está nem na política nacional de educação ambiental, que é muito mais recente, e precisaria ser contemplada como uma nova ação e contribuição da educação ambiental para a construção de sociedades sustentáveis.

Também tem uma sugestão minha, depois de ter lido a lei, porque eu sinto muita falta de um *locus* em que essa educação ambiental de sociedade sustentável possa acontecer em um espaço que tem a intencionalidade de educar para a sustentabilidade, que seria um espaço educador sustentável, um espaço físico com várias formas de descentralização, com a construção de centros de educação ambiental em cada subprefeitura. Também a reutilização de centros de educação ambiental que existiam antigamente, que pertenciam à Secretaria Municipal de Educação. Enfim, tudo isso pode se construir com uma política bem consistente.

Também sugerir que a UMAPaz faça o papel de se tornar realmente uma universidade, não digo modelo porque não existe essa figura em minha cabeça, nada é modelo de nada. Mas que se torne referência de um espaço educador sustentável em que possa se fazer a formação inicial, continuada e complementar em educação ambiental na educação ambiental mais consistente para professores, educadores populares, gestores, trabalhadores

em geral. Que seja uma universidade de educação ambiental mesmo, que promova centros de educação ambiental em espaços públicos e privados, como satélites dessa universidade municipal que São Paulo carece, que poderia ser uma referência de espaço educador sustentável, que promove mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos, que são: as edificações sustentáveis e de baixa emissão de carbono; a gestão; e o projeto político pedagógico.

Terminei, obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Foi uma exceção, mas tudo bem.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero sugerir que os *slides* passem rapidamente, para depois anexarmos aos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Meu tempo termina às 13h. Depois haverá a reunião da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Ainda Temos tempo, não há problema. Poderíamos, ao final, passar. Pode ser? (Pausa) Tudo que aqui acontece é informação, é conhecimento. Estamos aqui exatamente para ouvir e também aprender.

Anuncio a presença do Vereador Police Neto, grande Vereador da cidade de São Paulo, foi Presidente desta Casa, estudioso da matéria. Agradeço sua presença que prestigia nossa audiência pública.

A próxima oradora é Christianne Godoy, Refloresta.

A SRA. CHRISTIANNE GODOY – Bom dia, Vereadores. Sou do Instituto Refloresta. Quero reforçar, chamar a atenção porque todas as falas representam a sociedade civil, que está em processo desde o final de 2010 e trabalhando intensamente em 2011 e 2012 para a construção de uma proposta de política pública de educação ambiental. Então, todas as falas representa o todo da sociedade civil, só nos distribuimos para reforçar alguns aspectos que nos parecem relevantes.

A Pré CIMEA, hoje, é constituída de uma série de coletivos e instituições. Aqui vou citar os que hoje dela participam, que desde 2011 estão trabalhando na nossa proposta: Instituto Acatu, Coletivo Pedal Verde, Instituto Cinco Elementos, Instituto Ecoar pela Cidadania, Instituto Refloresta, Rede das Agendas 21 de São Paulo, Rede Nossa São Paulo, Rejuma, SOS Mata Atlântica, Associação Cidade-Escola Aprendiz, Avepema, Cenpeque, SPDS, UGT, EMAFLORA, Instituto Ágora, UIPESA, Nós Podemos São Paulo, RPPN São Judas Tadeu, Caminho das Águas e Instituto Paulo Freire. Todas essas instituições têm representantes no que chamamos de Pré CIMEA, que desde 2011 estão construindo proposta de projeto de lei.

Reforço o que a Miriam falou porque são 15 dias para a próxima audiência pública, acho que temos de montar um grupo de trabalho que olhe para o conjunto das propostas. Viemos hoje para esta audiência pública do PL, estamos tendo contato pela primeira vez com um substitutivo. Existe uma proposta de substitutivo da sociedade civil e contribuições da Secretaria da Educação, que chegaram e que ninguém teve acesso. Nós, como sociedade civil, apesar do pouco tempo, 15 dias, queremos montar um grupo de trabalho com representantes da Pré CIMEA, do Legislativo, do Executivo. Quero ampliar a representação do Executivo porque, como falamos, a cidade tem que ser educadora e para tanto quem constrói a cidade tem de estar envolvido. Não adianta falarmos somente da Educação, do Verde, precisamos da SIURB, da SMDU, da Secretaria de Saúde que tem o imenso PAVS, que trata de educação ambiental e saúde que tem que se conectar. Também temos a educação ambiental nas leis de habitação, nas leis de “n” secretarias e precisamos de um orientador comum que é a política municipal.

A política municipal para que seja consensual, e infelizmente a política que pega e a que não pega, e “consensuada” ela vai pegar porque será a nossa política. Ela pressupõe então trabalho intenso nos próximos 15 dias, será louvável se conseguirmos realizá-lo para a próxima audiência pública e aprovarmos então um PL que seja de todos nós.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra Fernando Martins, Instituto Paulo Freire.

O SR. FERNANDO MARTINS – Bom dia. Cumprimento a todos, a todas, como bem lembrou a Nina. Em nome do Instituto Paulo Freire, sou educador, represento o Instituto na Pré CIMEA, no coletivo da sociedade civil.

Gostaria de primeiro resgatar um pouco do que Paulo Freire defendia. Qual participação defendia? Não era uma participação indireta, isolada. Eu converso primeiro com um grupo, depois com outro e com outro. Não! Ele defendia o diálogo, todos sentados juntos.

A minha fala é para defender, é para reforçar a proposta da constituição de um grupo de trabalho que tenha representantes de todos os setores da sociedade paulistana, que seja representativo, com representação. Caso contrário, corremos o risco, mais de uma vez, de ter uma política sem efetividade. Reforçando a política nacional de educação ambiental, não é apenas o Estado responsável pela educação ambiental, toda a sociedade civil é também responsável. Se formos responsáveis, nós temos obrigação de exigir que todos sejam ouvidos, que participem ativamente do processo.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra Emília Santana, Observatório Ambiental.

A SRA. EMÍLIA SANTANA – Bom dia a todos, a todas. Quero dizer que nesta Casa há muitos projetos que passam sem “nenhuma” audiência pública. O fato de estarmos nesta audiência é importante, mas isso tudo é processo. Não basta a audiência e sairmos daqui e acharmos que tudo se resolveu.

Para que possamos promover educação ambiental de maneira transversal e interdisciplinar de forma articulada é fundamental constituir espaços de discussão. E aí a minha só vem reforçar as falas anteriores. É preciso constituir um GT, com a participação da Pré

CIMEA, da sociedade civil, das secretarias. Temos de ouvir as pessoas que estão trabalhando com educação ambiental. Dá para perceber que o documento que a Pré CIMEA apresentou hoje - e o Observatório Ambiental não está participando da Pré CIMEA - está mais completo, mais amplo do que o substitutivo que eu peguei na mesa. Então, a participação é fundamental.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra Ana Soraia Nascimento, da Secretaria de Serviços de São Paulo, Conferência Municipal do Meio Ambiente.

A SRA. ANA SORAYA NASCIMENTO - Bom dia a todas e a todos.

Eu sou educadora ambiental e servidora pública há 27 anos, atuo há quatro meses pela comissão preparatória da 4ª Conferência Municipal do Meio Ambiente e no grupo de trabalho - que muito me honra participar - na elaboração do Plano de Educação Ambiental em resíduos sólidos para a cidade de São Paulo.

Minha preocupação hoje é fazer com que reflitamos sobre os diálogos que têm de ocorrer necessariamente na elaboração de um Plano de Educação Ambiental e comunicação em resíduos sólidos para a cidade São Paulo, de uma política que pretendemos inovadora, que mude, transforme os paradigmas e a atuação na cidade de São Paulo, que se tem feito há muitos anos, relacionada a resíduos sólidos, com a política municipal de educação ambiental, que deve ser orientadora e norteadora desse processo, como muitos companheiros e colegas de trabalho que me acompanham há cerca de 20 anos e me antecederam já disseram aqui.

Para que isso ocorra, a Miriam Duailibi, que me acompanha no grupo de trabalho, entre outros colegas da sociedade civil, muito nos preocupa na formulação desse processo e, para além dele, a implantação efetiva de uma educação ambiental na cidade de São Paulo, que saia do Cocaia e atinja lá o Itaberaba, São Mateus, São Miguel. Isso só será possível quando tivermos também uma política norteadora que dê sustentação e suporte para que isso efetivamente ocorra. Não é possível que tenhamos uma política que, depois, não tenha reflexo

na realidade e nas ações, nas atividades nas quais nos propusemos para transformar a cidade de São Paulo.

Parabenizo o Vereador pela iniciativa de promover esse debate, de colocar a formulação de uma política de educação ambiental que é necessária e muito importante para promover inclusive as demais políticas que esta cidade vem dialogando, inclusive o Plano Diretor Estratégico, o Programa de Metas da Cidade, enfim. Isso só é possível se realmente tivermos, na base desse processo, ocorrendo um amplo debate, uma ampla discussão.

Nesse sentido, o Grupo da Pre-Cmmea, que vem desde 2010 nessa formulação, pode contribuir muitíssimo com esse seu substitutivo, Vereador, e com todo esse processo, não tenho dúvida.

Nesse sentido, nos colocamos à disposição como sempre. O nosso grupo de trabalho vem formulando, inclusive para que a sociedade faça um amplo debate, na Conferência Municipal de Meio Ambiente, que, com certeza, estará norteado por essa política que será ampla, participativa e atenderá a ao processo democrático que partisse instala nesta audiência pública.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Denise Valença, 341 - Associação Caminho Suave Sócio Ambiental.

A SRA. DENISE VALENÇA - Bom dia a todos. Vereadores, parabéns pela iniciativa; e à platéia eu me dirijo como colegas missionários da Educação Ambiental neste país.

O que me assusta é que não temos um representante de Educação e aí penso que, se não temos o representante da Educação comum, que será da Educação Ambiental? Deixo isso como uma reflexão.

Então, gostaria de reiterar as falas anteriores e fortalecer a posição do Terceiro Setor em relação à Pre-Cmmea, ao projeto da Pre-Cmmea e do grupo de trabalho apresentado pela Ecoar, sugestão feita pela Ecoar. Acredito que estamos muito longe de chegar a fazer...

parte ambiental...

Costumo dizer que Educação Ambiental não se faz a canetada. Por exemplo, uma lei, uma política não vai fazer acontecer. Há de se ter vontade política e pessoal missionário, principalmente do Terceiro Setor, em alcançar essas metas que são muito desafiantes.

Aí eu deixo um pedido, mais uma reflexão: meio ambiente não combina com ego e vaidade. Estamos numa casa pública onde temos representações diversas, no sentido de encontrar um denominador comum que atenda o interesse de todos porque o planeta acolhe todos, ele não escolhe esse ou aquele. Vivemos um problema anterior à educação. Estamos falando de um local para viver, para ter qualidade de vida, para olhar um ao outro. Falta uma visão de coletivo; faltam políticas públicas incentivando o convívio com as diferenças - porque conviver com os iguais é simples.

Então, espero que a política, essa iniciativa de se chegar a uma Política Municipal de Educação Ambiental não leve 20 anos para ser aprovada e nem tampouco enfrente todos os problemas que estamos assistindo com relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, por falta de uma educação consistente e real, está enfrentando e corre um sério risco de levar mais 20 anos para ser implementada.

Muito obrigada e vamos em frente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Olha, quero, para quem chegou depois da nossa fala inicial, informar que a Secretaria Municipal da Educação foi informada, notificada, recebeu o projeto original e respondeu. Eu não sei. Eu perguntei aqui, falei pessoalmente com o Secretário, que não pôde estar presente, mas ele encaminhou, indicou servidores - Hugo Luiz de Menezes Montenegro e Viviane de Camargo Valadares. Portanto, a Secretaria Municipal de Educação, um dos dois, pode vir à Mesa.

Viviane, o pessoal estava questionando como que a Secretaria Municipal de Educação não estava participando.

É que, no começo - não sei se você chegou ao começo -, eu disse o seguinte: "Não

só foi informada como contribuíram – pelo menos parcialmente, para esta audiência pública”. Não tive tempo de reproduzir cópias. Portanto, posso reproduzir cópias, sem problema nenhum. Até vou pedir para a Assessoria que... Ou, então, a partir de amanhã, se quiser, podemos disponibilizar no nosso *site* aqui a contribuição da Secretaria Municipal de Educação.

Viviane, pode vir à Mesa, composta dos Vereadores e os representantes do Executivo – senão teríamos que pôr todo mundo na Mesa e não iríamos ter plateia.

Mas está certo, então, gente? Está envolvida, sim. E até a Secretaria de Serviços: está aqui o meu querido amigo Beto Custódio, representando também o Sr. Secretário.

Agora, é John Emílio Tatton, da FAAP.

O SR. JOHN EMÍLIO TATTON – Bom dia, pessoal.

Estamos nesse processo de educação ambiental já há muito tempo, desde 1984, I Encontro de Educação Ambiental aqui em São Paulo, que é precursor nessa matéria de educação ambiental no País.

Tenho a dizer aqui que muitos dos representantes de governo passam e a sociedade civil fica, permanece. Reconheço aqui, pela vista, colegas dos últimos 20 anos que nunca arredaram pé, estão permanentes nessa construção da Educação Ambiental.

Sou professor de ecologia urbana e não posso deixar de lembrar a nossa maior floresta urbana do

... planeta, na Serra da Cantareira; as áreas de mananciais, ao Sul do Município, sendo invadidas. Então, temos problemas de mobilidade de resíduos, das mudanças climáticas; temos doenças, epidemias, da Idade Média, como a dengue. Então, é lógico que a área de Saúde tem de estar aqui presente; Meio Ambiente, Educação, minimamente, dos setores privado, não governamental e público.

E só finalizar que estou muito curioso para assistir essa transparência que está na tela aí.

Se puder, depois, ter um tempo para vermos com mais detalhe, acho que isso

resume o nosso pensamento.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Com a palavra, Cíntia Okamura, Agenda 21.

A SRA. CÍNTIA OKAMURA - Bom dia a todos.

Sinto-me contemplada já nas falas e também estamos ansiosos por ver a apresentação aqui na tela.

Mas falo aqui em nome do Fórum Agenda 21 Macro Leste, só para reforçar que, bem, vimos trabalhando há muitos anos com essa questão da participação, da Educação Ambiental. Realizamos, na região Leste, recentemente, um seminário em que vimos tratando das questões dos resíduos sólidos, tratando das questões das ocupações irregulares. Mas vimos enfrentando uma série de dificuldades e chegamos, mais uma vez, à conclusão de que não adianta termos planos maravilhosos, políticas maravilhosas, se não conseguirmos a participação da população.

Temos adotado alguns métodos de fazer os setores se conversarem, as Secretarias se conversarem e chegamos à conclusão de que o ponto fundamental é a Educação Ambiental. Então, reforço aqui a necessidade de termos uma ampla discussão da questão na cidade de São Paulo e também da necessidade da criação desse Grupo de Trabalho, desse GT, que possamos estar discutindo isso amplamente.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Beloyanes Monteiro, SOS Mata Atlântica.

O SR. BELOYANES MONTEIRO - Bom dia a todos; bom dia à Mesa; bom dia, Nabil.

Fico contente de ver uma manhã com o auditório lotado para discutirmos um tema tão importante que é a questão da Educação Ambiental, mas quero reforçar a fala da Miriam na questão da criação de um GT. Também estou, neste momento, muito preocupado com a

questão ambiental da cidade de São Paulo, pois essa questão ambiental está lá no final da linha. Não temos uma Secretaria que tem essa preocupação. Eu até estava fazendo um cochicho com a minha amiga aqui do lado sobre a questão do Parque do Sebucan. Se estamos querendo projeto de Educação Ambiental, temos de ver as diversas interfaces dessa questão. Esse Parque Sebucan, sendo doado para o Município de Cotia, ao invés de nos apropriarmos de mais um espaço em que possa ser desenvolvida a Educação Ambiental nesta cidade, eu acho que é um retrocesso, um grande retrocesso. Acho que, para essa lei vingar, temos de juntar todos os setores, todo o pessoal que está trabalhando. Quando se fala de 20 anos, estamos há muito mais de 20 anos trabalhando pela questão ambiental. Em 2010, a Rede Nossa São Paulo organizou um debate para discutir o Plano Municipal de Educação Ambiental da cidade de São Paulo.

Então, essa luta do Pre-Cmmea, vimos há muito tempo nessa batalha - não é, Cris?
- de mobilizar as pessoas em torno dessa questão.

Então, Vereador, acho que criar um GT e botar todo mundo na roda para fazermos com que essa lei contemple todo mundo e que ela não vire uma letra morta.

Aproveitamos também para reforçar que São Paulo precisa voltar a atenção para a questão do meio ambiente. A Secretaria do Meio Ambiente está virando as costas para esse tema. Então, temos de já aproveitar esse momento para darmos uma reforçada na questão ambiental da cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Olha, apenas aqui nós não estamos fazendo um debate. Nas audiências públicas, as pessoas falam o que querem. Eu apenas, só para dar a informação de que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, não sei se você chegou agora, que está a Secretaria aqui representada, inclusive participou, contribuiu decisivamente com todos os seus técnicos, a quem quero agradecer, na construção de um pré-substitutivo que, na verdade, é um

Nós estamos avançando, a partir do texto original. Então, apenas para dizer que estamos tendo todo o apoio de todas as Secretarias, aliás, não só da Secretaria de Educação, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, até a Secretaria de Esportes está aqui, a Secretaria de Serviços. Então, só para dizer que o objetivo é buscarmos o melhor texto possível, em consonância com todos aqueles responsáveis pela implementação da Política de Educação Ambiental.

Vimos aqui a proposta de termos um fundo, porque não adianta - está aqui o meu colega Vereador, aliás, estou, ao meu lado esquerdo, com dois grandes estudiosos do Plano Diretor: o meu professor, que tive a oportunidade de participar com ele do Plano Diretor Estratégico em 2002, e ficamos no velho durante todo esse tempo, mais de 10 anos no velho, com o Nabil Bonduki, com quem sempre buscamos o aprendizado e o ensinamento; e o Vereador Police Neto. A grande questão que, se colocarmos, em especial - Police Neto também tem participado ativamente no Plano de Metas, no Plano Diretor e, agora na Educação Ambiental -, se vamos ter dinheiro para cumprir tudo aquilo que escrevemos. São duas coisas. Em outras palavras, o papel acaba aceitando tudo, mas a implementação acaba sendo mais difícil e é natural, porque é aquela questão do cobertor curto: cada um puxa o seu cobertor para poder cumprir suas demandas e suas tarefas.

Então, é um problema que a cidade de São Paulo, tão conflituosa que é por sua própria natureza, vive: ter dinheiro para cumprir todas as etapas, todas as tarefas, todas as políticas públicas.

Só fiz um comentário para que possamos encaminhar.

Aqui temos já inscritos até a Marília Fanucchi Ferraz. Não sei se há mais algum. Depois, a partir da Marília - não que eu vá encerrar a audiência, porque, como eu disse, temos o tempo até às 13h -, a partir da Marília, temos mais uma aqui. Então, a partir da Mônica, que é a última que se inscreveu até agora, então, vamos passar o vídeo. Aí, depois, quem se inscrever, depois do vídeo volta para cá. E ainda há Vereadores aqui que vão querer usar da

palavra.

Então, seguindo: Nina Orlow, da rede Nossa São Paulo, GT do Meio Ambiente.

A SRA. NINA ORLOW - Bom dia a todos e todas.

Gostaria de parabenizar pela iniciativa. Para nós é importantíssimo que tenhamos uma boa Política de Educação Ambiental.

Como não vou repetir os que me antecederam, a importância que nós estamos trabalhando com essa questão desde 2011, dois GTs da Rede Nossa São Paulo se uniram - o de Educação e o de Meio Ambiente - para formular propostas iniciais Para formular propostas iniciais para que tenhamos uma Política de Educação Ambiental. Então, parabenizamos a iniciativa - um pouco até tardia para a nossa cidade -, mas é fundamental que haja esse processo participativo.

Gostaria só de ressaltar que estivemos no Cades; parabenizar também o Vereador que agora é um membro novo do Cades, tomou posse. E solicitamos que o Cades se envolvesse ativamente na Constituição de um grupo de trabalho participativo, com a Pre-Cmmea. Com a Pre-Cmmea, com todos os educadores e educadoras que queiram participar para que possamos aprofundar e capilarizar esse assunto por todas as regiões da Cidade.

Esse documento não pode sair só das nossas cabeças, mesmo sendo bastante atuantes na cidade. Mas queria até ressaltar como a Ana Soraya falou: estamos passando por um processo de participação ímpar na Cidade. Inclusive, a educação ambiental para resíduos, que tem sido feita de forma participativa. Queria até citar o pessoal que está no Grupo de Trabalho, como: Os Cinco Elementos, o Ecoar, a Ângela - que eu acho que ela está através das universidades -, há a Associação dos Garis no grupo de trabalho de Educação Ambiental; há o Movimento Nacional dos Catadores... são educadores populares que precisam ser ouvidos, a Cláudia que está aqui da Seesp e também a UGT está participando. Tem outros atores que precisam ser contemplados nesse processo e, por último, lembrar que através dos membros do CADES, que são da sociedade civil, solicitamos esse grupo de trabalho, está aqui

a Vepema, o pessoal da zona Leste, todos, apoiando para que possamos dentro desse órgão que é o Conselho de Meio Ambiente da Cidade aprofundar, capilarizar e ampliar o processo de participação na Cidade com essa política de educação ambiental.

Por último, lembro de que precisamos, sim, usar todos os espaços que temos na Cidade para poder torná-los espaços educadores ambientais também, especialmente, queremos reforçar esses polos e núcleos que têm de acontecer nas subprefeituras, temos de valorizá-las, pois estão nesse processo de retorno a esse ponto de apoio para toda a comunidade por subprefeitura. Então, que haja esses polos de educação ambiental descentralizados, participativos, na construção capilarizada nesse processo.

Sabemos que a Secretaria do Verde tem técnicos excelentes na educação ambiental, alguns deles infelizmente saíram, mas estão no nosso entorno ajudando na construção dessas políticas, lamentavelmente, não estão mais participando da Secretaria do Verde, mas não bastam só os técnicos, precisamos da comunidade para interagir.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Cristina Palmiere, da União Geral dos Trabalhadores.

A SRA. CRISTINA PALMIERE – Bom dia a todos. Parabenizo pela iniciativa e quero dizer que os trabalhadores vêm discutindo e participando de todas essas questões. Apoiamos as falas anteriores e reforçamos o que foi colocado. O governo em várias instâncias vem proporcionando de forma aberta, participativa e inclusiva todas essas discussões, mas ela precisa continuar e evoluir. Não podemos retroceder, para isso precisamos estar juntos discutindo rumo a uma sociedade sustentável. Sem ações efetivas não vamos conseguir transformar nada, continuamos gastando energia, dinheiro do poder público e das nossas entidades.

A sociedade está aqui presente hoje porque sem educação você não muda nada, não transforma. Precisamos de uma educação que seja inclusiva e que tenha um recorte e transversalize vários outros assuntos. Participamos dos objetivos do milênio, dos objetivos do

desenvolvimento sustentável, que indiretamente estamos discutindo antes deles para 2016, para ser incluído já em 2016 em todas as instâncias. Participamos da atualização do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, as conferências, que nem a que aconteceu agora, de meio ambiente, como um dos exemplos e todas elas discutem educação e educação ambiental.

Não podemos ter uma visão fragmentada e, sim, ter a visão de que todos esses assuntos se transversalizam com todos os atores e todos os segmentos e representantes da sociedade, ou seja, com o poder público, empresarial e a sociedade civil organizada, que é composta de vários atores. Então, só assim, realmente vamos chegar àquilo que almejamos. Somos representantes de outros segmentos, também faço parte da Agenda 21 e também falo em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores de Água, Energia e Meio Ambiente, Rede de Mulheres, UBN, ILEI e Elas por Elas, Vozes e Ações das Mulheres. Estamos aqui para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, transformadora e solidária.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Domingos Leôncio Pereira, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

O SR. DOMINGOS LEÔNCIO PEREIRA – Bom dia a todos. Parabenizo o Partido Verde e o Vereador Dalton Silvano pela iniciativa de apresentar um PL de construção de uma política municipal de educação ambiental.

Trabalho com educação ambiental na Secretaria do Verde há 22 anos, conheço muitas pessoas que estão aqui, tanto da Mesa, quanto da plateia; participei dos dois GTs, tanto da (palavra ininteligível), que elaborou uma proposta e um do Executivo, na Secretaria do Verde, que também contribuiu com a proposta de substitutivo do PL.

Na minha experiência com educação ambiental, uma coisa eu aprendi: a cidadania é exercício pleno, não é uma letra num papel e não precisamos de uma política municipal de educação ambiental que seja bonita no papel, precisamos realmente do exercício da cidadania. Coloco-me à disposição para contribuir novamente no que for preciso e possível no GT que possa vir a ser formado aqui nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Maria Famute Ferraz, bióloga do Grupo Nossa São Paulo.

A SRA. MARIA FAMUTE FERRAZ – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a possibilidade de falar e comentar uma fala sobre a ação da Secretaria do Verde porque penso que é importante sairmos do papel e refletirmos, agirmos. O exemplo é o que educa. Se a Secretaria do Verde não atuar dando o exemplo de respeito e defesa de quem não pode se defender, que é o ambiente, então, não vamos ter efetivamente nenhuma mudança dentro desta Cidade. Não é só a Secretaria do Verde e Meio Ambiente que falha na defesa, temos também algumas situações nas esferas estaduais e nas esferas federais. Existem ações sendo feitas, mas estamos cuidando do nosso município e nesse ponto temos a cidade de São Paulo sendo destruída dentro dos seus parques, dos núcleos descentralizados que foram completamente exterminados e temos também a questão da cidade ser comida pelas bordas, seja na região Sul, com a construção de um aeroporto em Parelheiros, seja na doação do Viveiro de Cotia, que é o único que fornece mudas para São Paulo, seja na destruição da Serra da Cantareira, pelo Rodoanel e o abandono dos parques na zona Leste, onde há assassinatos dia a dia e a Secretaria fecha os olhos para isso.

Penso que temos de ter uma resposta e temos de dar o exemplo. A sociedade só funciona com exemplos.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Mônica Simons, da Prefeitura de Guarulhos e da Rede Planetária de Educação Ambiental.

A SRA. MÔNICA SIMONS – Bom dia a todos. Parabenizo a Mesa pelo movimento e pela oportunidade de fazer com que de uma maneira ou de outra possamos repensar com mais qualidade e ter tempo, inclusive, de estar lendo com mais propriedade ambas propostas e outras que chegaram e que esperamos sinceramente que possam vir a completar tudo isso que estamos construindo.

Tem alguns pontos que acho importante que repensemos, inclusive, para que o

Vereador Dalton, com muita propriedade, nos chame a atenção, assim como já foi colocado por outras pessoas que me precederam, da dificuldade que temos pela frente, não só na construção de um documento que vai nortear a política municipal de educação ambiental, mas a sua implementação.

Quero reforçar a necessidade de entendermos que o trabalho em rede é que vai fazer a diferença. Nem sempre há uma necessidade de se pensar somente em recursos de ordem financeira, muitas vezes, ficamos engessados. Existe um grandioso recurso em expertise, experiências, em parcerias que podem ser feitas entre poder público e iniciativa privada, terceiro setor. Não temos mais tempo para estarmos separados em grupos ou em guetos. A iniciativa privada tem trazido cada vez mais um movimento significativo e absolutamente transformador e modificador com empresas de ponta que hoje não mais ao sabor do recurso, ou simplesmente do lucro, vêm se comprometendo.

É um momento de estarmos todos numa mesma Mesa de negociação em caráter de igualdade, sem deixar de lado a especificidade de cada um desses segmentos, mas cada segmento tem um histórico, fichas estão caindo muito rapidamente e há uma urgência muito grande de trabalharmos com instrumentos que saiam do papel.

Outro ponto que é importante repensarmos é a responsabilidade que cada um de nós tem aqui. Cada um de nós representa grupos de todos os setores, então, o que está sendo discutido aqui é que possamos assumir a responsabilidade individual de divulgar porque há pessoas que na estão aqui e que gostariam de estar. Eu mesma estou aqui representando a Prefeitura de Guarulhos, somos referência Nacional em várias instâncias, somos o primeiro município do país, um ano antes do que reza a lei, de ter o Plano Diretor de Resíduos Sólidos, consolidado de maneira absolutamente participativa, pois mais de 20 oficinas foram realizadas, represento aqui também a iniciativa privada, o Centro (palavra ininteligível) de Guarulhos é uma empresa da iniciativa privada voltada especificamente à educação a despeito de muitas pessoas que conhecem o trabalho da gente e acham que somos uma ONG, não somos uma

ONG, somos uma empresa da iniciativa privada que já percebe a importância dessa participação.

Represento a Rede Planetária de Educação Ambiental da qual o nosso país faz parte, mais de 80 países fazem parte, então, são instâncias grandiosas e cada um dos que me precederam também por sua vez. Portanto, precisamos assumir a responsabilidade de divulgar e temos 15 dias. Cada um de nós recebe no seu *lôcus* de trabalho o processo e semeia.

O que está sendo discutido precisa extrapolar grandiosamente cada uma das instâncias que representamos, então, é uma responsabilidade individual disseminar ao máximo para que nas discussões até esses 15 dias que temos pela frente possa representar os que representamos.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Marcelie de Simoni.

A SRA. MARCELIE DE SIMONI – Bom dia a todos. Represento os jovens da sociedade e gostaria de dizer que sou estudante de engenharia ambiental e sanitária aqui em São Paulo e vejo a preocupação dos jovens hoje nessa questão ambiental. O que será da educação ambiental daqui a 30 anos quando um de nós estiver sentado à mesa? Será que continuará nesse desânimo, nesse tipo de política que só pensa no próprio umbigo e não no todo? Porque será que os jovens foram para as ruas? Alguém já se perguntou? Será que é por causa dos 20 centavos, não, é por uma política melhor, uma política ambiental que possa fazer com que São Paulo esteja, sim, em primeiro lugar em educação ambiental.

Vi pessoas e reitero as palavras de todos que falaram que desde 1984 estão na missão para uma nova educação ambiental e cadê isso? Essa é a revolta dos jovens. Hoje, faço parte da Agenda 21, com 21 anos – não é coincidência. Espero que esta audiência seja muito promissora, não só para a sociedade paulista, mas também para a Amazônia e para todos os lugares do País, porque educação ambiental não é só São Paulo, é Brasil. Começa aqui para ser distribuída aos outros Estados. Esse é o nosso papel, hoje: lutar por educação ambiental concisa, que possa ser aplicada em todos os pontos do País, começando por São

Paulo e abrindo espaço pelo Brasil.

Deixo minha palavra e reitero a de todos. Acho que devemos formar um grupo de trabalho, porque só assim poderemos constituir, no papel, uma educação ambiental que possa ser aplicada efetivamente, não só em palavras. Que esta audiência não fique por debaixo do tapete. Por favor.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Passo a palavra para o Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Boa tarde a todos. É um prazer estar presente nesta audiência. Ela foi trabalhada durante muitos meses e fico feliz em ver toda representação da sociedade civil debatendo com a Câmara Municipal esse projeto de lei. Parabênizo também o Vereador Dalton Silvano pela iniciativa e por estar junto com os demais Vereadores nesta Mesa trabalhando no aperfeiçoamento desse PL.

Estamos vivendo um momento muito importante e temos de ter consciência da responsabilidade que todos temos. Não basta a implantação de uma política de educação ambiental. Não basta termos a melhor lei. Precisamos de uma grande vontade política para implementá-la e absoluto controle social sobre ela.

Esse é o pacto que começamos a construir. Estamos construindo um pacto em que uma lei construída com a melhor contribuição da sociedade civil da PRE-CIMEA, a melhor colaboração da Câmara, indo à sanção, poderá mudar radicalmente a questão ambiental e a sustentabilidade na Cidade.

O Prefeito Haddad assinou a Plataforma das Cidades Sustentáveis e acreditamos que exista alguma vontade política. Ao mesmo tempo, estamos preocupados porque essa expressão política não se expressou no Plano de Metas da forma que gostaríamos e, agora, no debate do Plano Diretor, há uma grande discussão sobre qual a profundidade da questão da sustentabilidade e se ela estará ou não no Plano Diretor. Tenho certeza de que os Vereadores

Nabil Bonduki, José Police Neto e Dalton Silvano estão preocupados com essa questão na Comissão de Política Urbana.

Acabamos de ouvir a nossa colega Maria Vanucci, da Rede Nossa São Paulo, que falou dos desmandos mais importantes que a questão ambiental está enfrentando na Cidade por falta de uma vontade política efetiva de um lado e também porque a sociedade não internalizou um compromisso radical com a questão da sustentabilidade e do meio ambiente.

Acho que é disso que estamos falando. Estamos falando de uma mudança radical de mentalidade. Estamos falando de uma lei que vai criar o caldo cultural necessário para que se disseminem atitudes e valores que possam forçar e pressionar políticas públicas nessa direção.

Portanto, creio que talvez, nesta Legislatura, além do Plano Diretor, este seja o PL mais importante que está sendo discutido, porque se trata de preparar as próximas gerações e toda uma cultura relacionada à sustentabilidade, da qual essa Cidade carece muito.

Vereador Dalton Silvano, quero reforçar alguns aspectos que a PRE-CIMEA propõe e creio que devemos estar bastante sensíveis. Creio que o Órgão Gestor deve incorporar, sim, a Secretaria Municipal de Educação, como proposto pelo PRE-CIMEA. Falando de educação ambiental, a tarefa é enorme. Claro que existem os conselhos propostos, mas sem a Secretaria da Educação comprometida, não iremos muito longe.

Quero apoiar, veementemente, a proposta da criação desse GT paritário com os Parlamentares, preparando um substitutivo em uníssono com a sociedade para a próxima audiência pública. Isso é absolutamente importante e creio que estamos muito perto de conseguir o substitutivo de consenso.

O reforço das falas de que essa política deve estar em absoluta articulação com a Lei de Mudanças Climáticas é muito importante. Estou há pouco tempo na Casa – sete meses - , porém sinto que o Poder Público está alheio em relação à Lei de Mudanças Climáticas da cidade de São Paulo, que é fundamental. Temos uma excelente lei que parametriza uma série

de políticas públicas e estamos caminhando meio à margem dessa lei. Neste momento, é fundamental que resgatemos e articulemos a política de educação para sustentabilidade com a lei.

Finalmente, existe uma proposta sobre a qual não ouvi muitas pessoas falarem, mas temos a instituição Umapaz, em São Paulo, instituída em 2005, com a responsabilidade – como universidade aberta – de disseminar e capacitar no campo da educação ambiental. Não estou vendo a Umapaz presente nessa discussão, da forma como creio que deveria estar. Creio também que ela tem um papel importante nessa nova política de educação ambiental, porque ela já existe, foi criada para isso e pode ser fortalecida para que possamos avançar mais rapidamente.

Então, vontade política, transparência, arregaçar as mangas e olhar para a questão da sustentabilidade como um todo para a Cidade é o que estamos nos comprometendo nessas audiências públicas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Quero dar uma informação ao Vereador Ricardo Young. Na entrada, foi distribuído um pré-substitutivo abordando várias questões que V.Exa. mencionou. Isso já foi modificado pelos técnicos. Este é apenas uma atualização.

Primeiro, em relação à Secretaria da Educação, no artigo 18º, já foi corrigido. Ela foi incluída como gestora da política Municipal. Também dizer que técnicos como a Maria José, da Umapaz - citado pelo Vereador - está presente e deu sua contribuição para a formulação desse novo texto. Portanto, duas questões que V.Exa. abordou, até o presente momento, estão contemplados.

Com a palavra o ex-Vereador Beto Custódio, representando o Secretário.

O SR. BETO CUSTÓDIO – Primeiro, é uma satisfação revê-lo, como também todos que detêm o mandato, os mais antigos desta Casa e os que chegaram nessa nova legislatura. É uma grande satisfação. Quero cumprimentar todos os presentes, exatamente, num objetivo

comum.

Imaginava e com certeza é consenso entre nós que essa é uma das responsabilidades que não cabe a um partido, a um Governante, mas, cabe a todos e a todas. Se avaliarmos bem o que aconteceu ontem na Mateo Bei, em São Mateus - talvez se algumas leis se antecipassem a essa situação, por exemplo, com a conclusão de funcionamento de postos de gasolina – chegaremos à conclusão de que cuidados seriam necessários para que não se implante qualquer tipo de ação naquele local.

Em nome do nosso Secretário Simão Pedro, quero primeiro parabenizá-lo pela propositura. Várias Bancadas estão apreciando essa sugestão, inclusive a do Partido dos Trabalhadores e já tive a informação de que está sendo muito bem recebida.

Logicamente, caberá a esta Casa, a todos os partidos, a todos os membros de Governo – e aí está uma questão fundamentalíssima – e a todas as Secretarias. Há algumas que têm certas especificidades, como a da Educação, mas todas deverão estar imbuídas nesse objetivo, porque aqui existe o que vai se tratar para o século, restante do século XXI e para os séculos vindouros.

Nosso Secretário Simão Pedro pede desculpas, porque acaba de chegar de alguns espaços da Europa, no sentido de buscar novas tecnologias para implantar a política de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, que é o plano piloto para o País. E as pessoas perguntam onde vai ser o aterro. Primeiro, o objetivo é acabar com os aterros.

O nosso Plano Municipal será aprovado na nossa conferência. Chamo a atenção de todos, pois lá fora têm alguns *folders* e poucos cartazes para quem puder distribuí-los. O primeiro dia será destinado a todas as pessoas que quiserem ir, inclusive o Sr. Prefeito já declarou sua presença, mas todas as lideranças estão convidadas. Para os delegados e delegadas, será nos dias 31 e 1º.

Em nome da Amlurb, que é uma autarquia municipal, ou seja, uma autoridade municipal de limpeza urbana, essa propositura está de parabéns, como também por parte da

Secretaria de Serviços.

No mais, Vereador Dalton Silvano, muita sorte. Parabéns pela propositura e pelo conjunto de vereadores. Ao nosso lado, está o Vereador Nabil Bonduki que, com certeza, dentre as pessoas que têm bastante conhecimento, teve a oportunidade de organizar no momento oportuno o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Para nós é um privilégio estar com ele, como também com as pessoas que detêm esse assunto.

Parabéns e sucesso à cidade de São Paulo. Que esse projeto venha contribuir cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Peço à assessoria para que apaguem as luzes para a apresentação de *slides*.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Minha fala será muito rápida em relação a alguns *slides*.

Queria agradecer por estar aqui, ao pessoal da Pre Cimea, aos Vereadores Nabil Bonduki e Ricardo Young, amigos de longa data. Muito obrigada.

- A oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Enfim, a minha fala é sobre a importância dessas mudanças socioambientais globais pelas quais estamos passando: de estar presente na educação, como esse grande desafio da Cidade que queremos construir; de proteção da biodiversidade e da diversidade cultural também; de reconhecer e apreciar os limites de uma sociedade de consumo, de uma sociedade que tem tecnologias, que se tornaram realmente destruidoras da própria sociedade humana, elegendo governos justos e confiáveis e aprendendo com a capacidade de inovar, criar e aprender. Somos comunidades de aprendizagem. O tratado de educação ambiental fala que somos todos aprendizes de sustentabilidade.

Aqui mostra aquela comparação das propostas conceituais do PL e do substitutivo da Pre Cimea, que eu tive acesso, mas na entrada foi entregue um terceiro documento, que é

um substitutivo elaborado e bem melhorado da primeira proposta, claro. Quanto mais debate, quanto mais participação, melhores ficam esses documentos.

Depois, as propostas estruturantes que deveriam ser debatidas. Pensar na estrutura mesmo dessa política para a cidade de São Paulo conjuntamente, de forma participativa. É claro que essa visão de colegiados, de grupos de juventude e de coletivos jovens e coletivos organizados da sociedade, fica muito mais fortalecida. Uma política que precisa de capilaridade, de enraizamento no Município de São Paulo, que vai fazer, como o Vereador Ricardo Young falou, uma transformação na visão de mundo das pessoas com relação à sustentabilidade.

O próximo *slide* refere-se àquelas inclusões, a primeira coisa é criar o GT paritário e o mais representativo de vários setores da sociedade e que contemple a riqueza cultural e de problemas ambientais também do Município de São Paulo, o trabalho com mudanças climáticas e a instituição Uma Paz. Reforço o que a Nina falou, de descentralizar essas políticas. Mas, isso não impede de termos um espaço referência que seja um espaço educador sustentável na Cidade.

Agradecida. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado, Vereador Dalton Silvano.

Quero novamente cumprimentá-lo por ter aberto essa discussão. Vínhamos conversando sobre a possibilidade desse debate gerado por seu projeto. Isso abre uma perspectiva muito interessante para o nosso trabalho na Câmara. É uma discussão estratégica, pois se falou bastante do Plano Diretor.

É claro que o Plano Diretor é muito importante, mas assim como outros projetos, é um projeto abrangente, transversal, que tem uma importância muito grande para a Cidade. A questão da educação ambiental tem esse caráter transversal, não fica restrita a uma Secretaria, a um setor, a um grupo.

A questão da transversalidade do tema ambiental é tão interessante que o Vereador Ricardo Young falou que o atual Governo não tem tido preocupação com o plano, o Programa de Mudanças Climáticas do Município e que isso não consta do Plano de Metas. É verdade, no Plano de Metas não aparece explicitamente a questão, pelo menos, na versão primeira, do plano de mudanças climáticas.

Mas, nunca, nenhum governo no Município fez tanto no sentido de reduzir a geração na emissão de carbono do que esse Governo. É uma mera medida que foi tomada criando faixas exclusivas nas principais avenidas. E uma prioridade muito forte que o Governo está dando para a questão do transporte coletivo, inclusive suspendendo túnel, apoiando o plano de corredores de ônibus é a medida que está sendo tomada pela Secretaria de Serviços, pela Amlurb, na perspectiva de aumentar a reciclagem de 1 para 10%, com medidas concretas já sendo tomadas. Isso tem um impacto na questão de mudança climática muito maior do que outras questões que eventualmente poderiam estar no papel e que não se concretizassem efetivamente.

Estivemos com o Sr. Prefeito, que tinha se dado conta disso. Vejam como as políticas ambientais são transversais. Uma coisa que mexe com a Secretaria de Infraestrutura, a Secretaria de Transportes, a Secretaria de Serviços gera um aspecto.

Agora, quero chegar ao nosso tema, porque ao mesmo tempo em que essas políticas estão sendo colocadas, se o cidadão não for consciente de que precisará deixar, quando possível, seu carro em casa ou de alguma maneira participar da política de coleta seletiva, não alcançaremos o resultado. É aí que vem a importância dessa ação e da transversalidade dessa ação dentro de uma política de educação ambiental, porque no fundo o objeto dela é mudar a visão e os comportamentos.

Então, o que estamos discutindo? A melhor estratégia para alcançar o objetivo de mudança e como todos os setores da Prefeitura podem estar envolvidos nessa grande mudança de visão que esperamos que aconteça.

Não vou me estender muito, mas há duas ou três questões importantes que foram faladas. O Vereador Ricardo Young já levantou a questão do papel da Uma Paz, talvez dirigido mais especificamente, prioritariamente como órgão de retaguarda para os educadores e os funcionários municipais que estão na ponta. Poderíamos pensar um setor dentro da Prefeitura – se não me engano, na Secretaria da Educação há 60 mil funcionários, sendo que a maioria é de professores. O papel da Uma Paz, voltada para esse setor, sem falar nos outros funcionários da Prefeitura. O funcionário da Prefeitura é a ponta desse processo e é ele que reproduzirá depois nas escolas.

Nesse processo de discussão acho que a Raquel levantou a questão da criação de espaços educadores sustentáveis. O principal espaço educador sustentável que temos são os próprios equipamentos municipais que já existem: as escolas, inclusive na perspectiva do desenvolvimento chamado Projeto Escola Sustentável. Fazer de cada escola um espaço sustentável e os vários outros equipamentos: os parques, as praças, os CEUs, as casas de cultura, enfim, os equipamentos municipais.

Existe, às vezes, um espírito de construir mais coisas na Cidade. A nossa ideia, na perspectiva de uma Cidade educadora ambiental, é utilizar os espaços já existentes e talvez seja esse o sentido, mas dar um caráter de espaço de educação ambiental para os equipamentos já existentes. Trata-se de uma questão bastante importante.

Finalizo dizendo que esse esforço, se um por um lado tem o Município como um importante ator, por outro lado há as várias entidades da sociedade. Encontrar o melhor mecanismo para uma ação, uma parceria contínua, permanente entre entidades e o Poder Público, talvez na figura do convênio, da parceria das entidades, um programa contínuo para poder fazer com que as entidades da sociedade civil se juntem ao esforço da Prefeitura para alcançar o resultado.

Hoje, já temos o FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente com seu papel. Vi a proposta da Pre Cimea de formação de um fundo. Não sei se seria necessário formar um novo

fundo, pois já existe o FMMA.

Agora, o que precisamos ter é um programa permanente dentro do FMMA ou algo assim, criar um mecanismo para que continuamente haja um processo de parceria e seja possível ter todos os espaços. Sabemos que a Prefeitura, somente com seus equipamentos e funcionários, não dará conta da amplitude desse processo.

Então, precisaríamos de um fundo para ser utilizado nos programas permanentes e contínuos e aí sim ter recursos. Podemos também pensar numa melhor forma de canalização disso. Hoje, há fundos federais, estaduais e municipais e muitas vezes é necessário solicitar recurso e participar de editais nos vários níveis e isso não vale somente para essa questão. Muitas vezes, aqueles que atuam nas áreas viram mais fazedores de projeto do que sua finalidade fim. Talvez algum mecanismo que pudesse articular esses recursos para canalizar para um fundo e para um programa a possibilidade de atuar nessa área parece que seria um caminho interessante para que tivéssemos um sistema de educação ambiental que envolvesse os vários níveis de governo.

Essas seriam algumas contribuições, mas há essa proposta de um grupo para desenvolver um trabalho conjunto, sociedade e Executivo, o que é muito importante, como já foi falado e a Câmara, na figura do Vereador Dalton Silvano, para podermos alcançar o melhor projeto para a Cidade, não só para ser aprovado nesta Casa, mas para ser implementado.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Anuncio a presença do Vereador Goulart, combativo e atuante na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Gostaria somente de fazer um esclarecimento. Temos tratado do tema da sustentabilidade nesta Casa de forma suprapartidária, o que tem sido objeto de grande convergência dos diversos partidos.

A Frente Parlamentar de Sustentabilidade tem demonstrado isso e amanhã

inclusive se reunirá com o Secretário do Verde e do Meio Ambiente para a discussão de vários problemas da Cidade.

Quando levanto essas questões não o faço no sentido de tentar partidarizar ou politizar um tema que está acima e além dessas questões. Levanto essas questões porque temos de ser radicais com o nosso compromisso, Vereador Nabil Bonduki, e sei que seu compromisso é igualmente radical. Temos de ser radicais, porque a situação da sustentabilidade e a situação ambiental na Cidade estão tão deterioradas que toda a radicalidade ainda é insuficiente em relação às tarefas que temos pela frente.

Então, por mais que algumas iniciativas venham ocorrendo e você tem razão, por exemplo, Vereador Nabil, quando diz que a Secretaria de Serviços vem fazendo um trabalho excepcional na área de resíduos sólidos, que nós e a sociedade civil estamos acompanhando. Precisamos radicalizar ainda mais o nosso compromisso, explicitar ainda mais o nosso compromisso. Em toda e qualquer política, deixar claro que a questão da sustentabilidade é central. E foi nesse sentido que fiz as observações.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Não há mais oradores inscritos. Agradeço a presença de todos os Srs. Vereadores que compõem a Mesa, dos representantes das Secretarias citados anteriormente e das organizações, em especial dos representantes da Pre Cimea. Foi muito importante esse debate, essa apresentação, esse contato.

Os representantes das Secretarias estão presentes e como houve uma proposta de se formular um grupo de trabalho. Eu vou repetir, como já coloquei no início da minha fala, há a proposta de buscar o texto ideal e o texto possível, porque todos já sabem como funciona todo e qualquer projeto de lei, em todas as áreas. Aquilo que não for feito o entendimento como o Poder Executivo fica sujeito a veto, e não é isso que queremos. Pelo menos, particularmente este Vereador não quer. Então, você tem o texto ideal, o texto possível, o texto adequado, o texto que teremos de formatar para ser colocado à apreciação desta Casa.

Conversando com os representantes da Secretaria, qual é a ideia? A Raquel falou

que esse aqui foi o terceiro texto. O seu foi o segundo? É isso? Você falou: “Esse aqui foi o terceiro texto, o substitutivo do Vereador”. O seu foi o segundo?

- Comentário fora do microfone.

O SR. DALTON SILVANO – Não, está perfeito, está certinho, não estou questionando ou criticando. Tivemos o original. O segundo foi o seu e o meu foi o terceiro, porque não sei qual chegou primeiro.

Então, quero analisar. Você fez um comparativo. Se você puder me passar o comparativo para analisar e também para as secretarias. É esse o tempo de nós, Srs. Vereadores, analisarmos qual a proposta. Veremos se houve alguma mudança de texto, alguma melhora. A Secretaria da Educação, vou repetir, participou, sim, porque não poderia ficar de fora, mas agora tivemos toda essa conversa, e temos as notas taquigráficas – aproveito e já peço para a assessoria imprimir as notas taquigráficas para que possamos fazer o levantamento. De propostas concretas, estão aqui, por escrito, do CIMEA, do PRE CIMEA.

Minha sugestão após conversa, rápida, com os secretários, é a seguinte: não adianta querer fazer uma comissão com 20, 30, 40, porque não sai nada. Nós já temos o texto. Houve posicionamentos políticos, conceituais, filosóficos, históricos, mas concretamente está inscrita uma proposta concreta. Os Vereadores que querem participar vão analisar, ver o que é possível acatar de plano, o que tem de ser debatido. Parece-me que na próxima semana poderemos pegar um representante da CIMEA ou fazer um grupo de trabalho que tenha representatividade de forma que possamos dar andamento. Não sei se uma semana é pouco. Tem de ser bem transparente, para dizer o seguinte: é possível que o Governo acate isso aqui. Esse aqui não é possível acatar. Dessa forma, iremos caminhar de forma transparente na elaboração de um texto. Ser bem claro quanto ao que será possível acatar, o texto que poderá ser feito.

Essa é a ideia. Os representantes estão presentes, terão tempo para maturar aquilo apresentado como proposta concreta. Está aqui escrita, entregue. É o segundo texto. O

terceiro é o do Vereador. Juntamos tudo para ver o que conseguimos no sentido de buscar um outro texto já na semana que vem.

Estão de acordo?

- Comentário fora do microfone.

O SR. DALTON SILVANO – Vai se apropriar do conhecimento, porque do papel já está apropriado.

- Comentário fora do microfone.

O SR. DALTON SILVANO – Essa é a ideia. O Governo fala o seguinte... nós estamos conversando e os Vereadores podem apresentar, mas parece-me que os que estão aqui estão endossando, corroborando com o texto apresentado, então, não há esse problema. O que é possível acatar de proposta alternativa? Daí seria um quarto texto. Quero deixar bem claro como funciona a Casa. Há um projeto de lei e, às vezes, o substitutivo aparece um ou dois dias antes e daí a Oposição reclama porque não conseguiu ler o substitutivo, mas a Oposição também coloca emendas, apresentam na hora, e nem leem com antecedência.

É normal, já fiz bastante Oposição e eventualmente hoje estou na Situação, mas defendo os projetos que entendo serem bons para São Paulo, então, o Governo vem e bate o martelo, é esse o projeto de lei, daí vem a Oposição, faz um substitutivo, copia, igualmente ao que vocês fizeram, e vai a votos. E é assim que funciona. Estou sendo muito claro.

Obviamente que esse é um momento impar de buscarmos um texto que se aproxime daquilo que na média todos defendem. Ao longo da história e sempre me refiro ao grande estudioso Police Neto e ao Vereador Nabil Bonduki, quando comecei a falar pensei interessante há gente que estudou 25 anos, eu estudei um, dois, três anos, daí fui recorrer à escrita para tentar formatar uma ideia. Em 1988, na Constituição, no artigo 225, se não me engano, foi escrito que temos de ter o poder no município de poder legislar sobre a questão da educação ambiental. Não estou dizendo que ninguém trabalhou nesse período, mas estamos trabalhando há 20 anos e não conseguimos colocar a proposta para frente.

Daí vamos para 1999, vem a política nacional de educação ambiental, de 1999 para cá, passaram-se 14 anos, e vocês batalhando, todo mundo trabalhou aqui ao longo desses anos e obviamente que o Planeta vai se deteriorando, há os recurso finitos.

Outro dia via a manifestação e pensei: “nossa, quanta coisa já fizemos lá atrás” até para hoje os jovens poderem se manifestar e cobrar mesmo dos políticos, mas lá atrás todos tiveram um participação, os democráticos pelo menos. Está aqui o Vereador Emílio Ivo que foi torturado para que pudéssemos ter o direito à palavra, à transparência e à democracia. Parabenizo-o Vereador que foi torturado junto com outros Vereadores desta Casa.

Essa é a democracia: se buscar aquilo que é possível e vou procurar conduzir da melhor forma possível. Vereador Goulart, gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. GOULART – Bom dia a todos. Só vim para aprender um pouco. Estava assistindo do meu gabinete e é um tema que move todos os nossos mandatos, então, vim aqui para ouvir de perto e cumprimentá-los pela audiência. Acho que com esse compromisso público que têm os Vereadores que estão aqui e os movimentos que estão discutindo certamente vamos poder contribuir quando chegar a um consenso para a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Declaro encerrada a audiência pública, já informando que a próxima audiência pública será no dia 11 de setembro.